

'Trem' da ligadura

SALVADOR — "O que dizer de médicos que não cuidam dos seus pacientes, não se interessam em praticar uma boa medicina, nada anotam nos prontuários, convivem com irregularidades e faturam por trabalhos não realizados fazendo da medicina um comércio?" Dessa forma, Didimo Otto Krummer, chefe da Divisão de Controle e Avaliação dos Serviços Ambulatoriais do Ministério da Saúde, definiu o que foi encontrado por três auditores, em dezembro do ano passado, na Clínica José Olavo, em Una, do deputado federal Roland Lavigne. Ele também é dono da Clínica Santo Antônio, em Camacã, e sua mãe Getulia Lavigne é provedora da Santa Casa de Una e vice-prefeita da cidade.

O relatório dos auditores revela "encaminhamento clientelístico" de pacientes que chegaram ao hospital no mesmo dia e horário, cirurgias realizadas no mesmo horário pela mesma equipe e anestesia aplicada em datas diferentes das cirurgias. Uma das testemunhas disso é o administrador Tadeu Cláudio França Versulotti. Ele administrou a Clínica José Olavo durante seis meses em 1991, depois de coordenar a campanha de Lavigne a deputado estadual. "Lavigne fazia ligaduras de trompas de forma indiscriminada e cobrava do SUS como outras cirurgias", acusou.

Simônica de Deus Costa é uma dessas mulheres, conforme declarou a equipe de auditores. Lavigne teria comprado cinco ônibus para recolher pacientes no extremo sul da Bahia como na cidade de Itamaraju, a 500 quilômetros de Una. A passagem era uma assinatura na ficha Unidade de Cobertura Ambulatorial, do SUS.

"Vi moças preenchendo AIHs (Autorizações de Internação Hospitalar) e assinando o nome de pacientes e médicos", disse Versulotti. Ele contou até 4 mil AIHs falsificadas, por mês, uma delas de um paciente atendido 27 vezes no mesmo dia.

Quatro dessas fichas foram preenchidas com os nomes dos quatro filhos de Versulotti. Mas Versulotti nega que seus filhos tenham operado. Nas suas contas, Lavigne *internou*, em um ano, 35% dos 50 mil habitantes de Camacã.

☐ O ministro da Saúde, Adib Jatene, instaurou ontem sindicância para apurar as denúncias de envolvimento de assessores do ministério na prestação de consultoria a hospitais privados para fraudar o SUS. Essas irregularidades estariam ocorrendo nos hospitais credenciados em todo o Rio. A comissão de sindicância começa a trabalhar na próxima semana.